



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de História

Trabalho do Fim do Curso

**Tema: Impacto Social do Reassentamento na Sequencia das Cheias em
Maputo: Estudo de caso do bairro de Khongolote 2000-2017**

Autor: Arijū Augusto Zalane

Trabalho apresentado para
fins de obtenção do Grau de
Licenciatura em História

Sob Orientação:

Paulo Lopes, PhD.

José Cláudio Mandlate, MA

Maputo, Fevereiro de 2025

INDICE

DECLARAÇÃO HONRA.....	III
Dedicatória	IV
Agradecimento	V
Siglas e Abreviaturas:	VI
Resumo.....	VII
1. Introdução.....	8
1.1. Contextualização.....	9
1.2. Problemática e pergunta de partida	10
1.3. Objectivo geral	11
1.4. Objectivos específicos	11
1.5. Justificativa	12
1.6. Metodologia do Trabalho	12
2. Enquadramento Conceptual	13
2.1 Cheias e Inundações	13
2.2. Impacto Social	14
2.3 Reassentamento.....	15
2.4. Revisão de literatura.....	16
4. Breve descrição do Bairro de Khongolote	20
5. As mudanças nas famílias no processo de integração social no bairro Khongolote.....	21
6. As interações entre as famílias reassentadas e os nativos do bairro Khongolote.....	24
7. O desenvolvimento social das famílias reassentadas	26
8. Entrevista.....	30
9. Conclusão.....	31
10. Referências Bibliográficas	32
11. Anexo	36

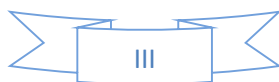


DECLARAÇÃO HONRA

Eu, Arijū Augusto Zalane, declaro por minha honra, que este projecto de investigação que submeto à Universidade Eduardo Mondlane, em cumprimento dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em História, nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer outro grau académico ou num outro âmbito e que constitui resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto todas as referências bibliográficas as fontes utilizadas para a sua elaboração.

Maputo, Fevereiro de 2025

(Arijū Augusto Zalane)



Dedicatória

Dedico este trabalho a minha família por todo apoio, amor e orientação que sempre deram-me e sempre proporcionam que será sempre inestimável.

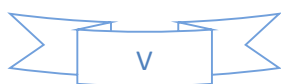
Agradecimento

Em primeiro lugar agradecer a Deus pelo dom da vida, pela força que me tem dado a cada dia, e por me ter permitido conseguir esta conquista. Agradeço também a minha família, especialmente aos meus pais, Augusto Zalane, Zodwa Dlamine, Marta Homo, João Muianga pelo constante apoio na minha formação académica, aos meus irmãos (Mira Mabalane, Saugineta Mabalane, Elias Mabalane, Lúgia Muianga, António Muianga), pelo apoio incondicional e pelo incentivo ao longo desta jornada, que sempre estiveram ao meu lado, fornecendo amor, suporte e encorajamento. Seu apoio incondicional foi fundamental para que eu pudesse trilhar este caminho e alcançar meus objetivos. Aos amigos (Luísa Machel, Wandro Chissico, Amélia Sumbane) por terem disponibilizado o seu tempo e materiais para que pudesse realizar este trabalho.

Meus agradecimentos especiais vão para o meu orientador, Mestre José Cláudio Mondlate, que dedicou seu tempo e conhecimento para guiar me na realização deste trabalho, a todo o corpo docente do curso de Licenciatura em História pela troca de conhecimento, experiência e dedicação para compartilhar connosco seus ensinamentos, que serão importantes em nossa vida profissional. Aos meus colegas de curso, vai o meu apreço pela colaboração, troca de ideias e apoio mútuo ao longo desta jornada académica. Aos integrantes do *Mom-Terra* (Shelcia Novela, Helena Rodriguês, Shelsia Cumbe, Delfino Macou, Doile Saveia, Damodário Etrapo) pela amizade, pela disponibilidade, pelas caminhadas noturnas percorridos ao longo das avenidas e ruas da cidade de Maputo no percurso campus Universitário da UEM até Av. Guerra Popular.

Por fim, gostaria de expressar minha gratidão a todas as pessoas que participaram da minha formação no qual não foram mencionados, mas que me apoiaram da melhor forma que conseguiram.

A todos vai o meu muito obrigado por tudo!



Siglas e Abreviaturas:

ACNUR- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados;

CTGC – Conselho Técnico de Gestão de Calamidades

DPCCN- Departamento de Prevenção e Combate as Calamidades Naturais;

DNGA- Direcção Nacional de Gestão Ambiental

FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura;

GoM- Governo de Moçambique;

IFRC- Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho;

INGC- Instituto Nacional de Gestão de Calamidades;

INE- Instituto Nacional de Estatística

MOPH- Ministério das Obras Publicas e Habitação;

MCAA- Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

ONU- Organização das Nações Unidas;

ONGs- Organizações Não Governamentais;

PRPE- Programa de Reconstrução Pós Emergência;

PARPA- O Plano de Acção do Governo para a Redução Programa de Combate à Pobreza Absoluta

RPRRAE- Regulamento sobre o Processo de Reassentamento resultante de Actividade Económicas

USAID- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional;

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para Infância;

UN-ISDR – Nações Unidas- Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres;

WLSA- Wome and law in southern Africa reseach and education trust (*a mulher e o direito no sul da África, pesquisa e confiança na educação*)

Resumo

Moçambique, tal como outros países da região da África Austral, conheceu uma das mais catastróficas cheias de que há memória. Estas foram originadas pelas intensas e prolongadas chuvas na África Austral, devido a vários factores meteorológicos, nomeadamente: perturbações subtropicais, zonas de baixas pressões térmicas, depressões ou ciclones tropicais e a influência da zona de convergência intertropical. Devido à localização geográfica e fisiográfica de Moçambique, sobretudo a região centro e sul, o país é mais vulnerável às cheias.

¹Este trabalho, tem por objectivo estudar questões relacionadas com os impactos sociais das cheias e o reassentamento das populações que foram severamente afectadas por essas calamidades naturais. De uma forma breve procura descrever as zonas abrangidas pelas cheias, analisar as dinâmicas ocorridas após o reassentamento e os desafios dos recém- reassentados nas zonas seguras concretamente no bairro de Khongolote. A pesquisa do nosso trabalho vai se limitar entre os anos 2000 a 2017, Escolhemos este período pelo facto de ter sido no ano 2000 em que ocorreu as cheias que pretendemos analisar e também por ter influenciado para a expansão da cidade devido as cheias ocorridas e consequentemente houve o reassentamento das populações em novos bairros e o ano de 2017 foi seleccionado por acharmos que, é um intervalo suficiente para se atingir os objectivos da nossa pesquisa, também pelo facto das famílias que foram reassentadas no bairro de Khongolote terem-se ambientado a novas dinâmicas no bairro de Khongolote.

Palavras-chave: Impactos social, Cheias, reassentamento.

¹ CHIVAMBO: 2000

1. Introdução

As cheias que ocorreram em Moçambique no ano 2000 afectaram famílias em diversas zonas consideradas zonas vulneráveis. E o governo com apoio dos seus parceiros reassentou as famílias em várias zonas consideradas seguras a inundações. É o caso do bairro de Khongolote. As mudanças climáticas também contribuem muitas vezes para ocorrência dos desastres naturais, apesar de Moçambique ser poluente em menor escala, mas é um dos países que mais sofre com as mudanças climáticas. Moçambique é um país extremamente susceptível à ocorrência de eventos naturais extremos como sejam as secas, os ciclones tropicais, cheias e as inundações.

O estado de pobreza absoluta em que vive a grande maioria da população cria condições para que o grau de vulnerabilidade à ocorrência destes fenómenos seja elevado. O exemplo disso são as cheias que ocorreram nas regiões sul e centro de Moçambique em Fevereiro e Março de 2000 que tiveram como consequências 500.000 pessoas deslocadas, graves danos em termos de habitação, infra-estruturas agrícolas, edifícios públicos, escolas, hospitais, sistemas de abastecimento de água e energia eléctrica, redes rodoviárias, linhas férreas e telecomunicações.² O processo de ajuda envolveu a deslocação da população das zonas de risco para os centros de acolhimento onde têm aguardado pela atribuição de novos espaços de habitação denominados bairros de reassentamento.³ O governo e parceiros além do programa de reassentamento das populações afectadas, de Dezembro de 2000 a Abril de 2001 foram distribuídos donativos em dinheiro a mais de 106.000 famílias rurais. Cada chefe de família recebeu 1.500.000 meticais, isto é, cerca de 92 dólares. A distribuição de 9,7 milhões de dólares foi efectuada em 167 locais de distribuição, que abarcaram mais de 730 aldeias em 30 distritos das cinco províncias afectadas. Os donativos foram entregues às mulheres dos agregados familiares, e as famílias puderam escolher por si próprias os bens e serviços, ou mesmo poupanças, que constituíam suas principais prioridades.⁴

Nesta base, a pesquisa teve como grupo alvo os indivíduos afectados pelas cheias do ano de 2000, e que lhes foram atribuídos novos espaços de habitação, pelo Estado, na província de Maputo. Ao longo do nosso trabalho vamos usar algumas expressões que já são nos familiares como é o caso da expressão “Impacto Social” a fim de auxiliar-nos, na nossa pesquisa quanto

² USAID: 2002

³ NGUENHA: 2014

⁴ ADP: 2002

ao entendimento o uso correto desse termo. Segundo (SCAGLIA et al) afirma que, a expressão “Impacto Social” é utilizada, no entanto não foi encontrado consenso quanto à definição, a sugestão para o conceito de Impacto Social, que seria consequência positivas e/ou negativas resultante de uma ou mais acções de indivíduos, grupos ou organizações em determinado local que modifica directa ou indirectamente a maneira de se comportar perante si e a sociedade.⁵

1. 1. Contextualização

De 1965 a 1998, houve doze grandes inundações, nove grandes secas e quatro grandes desastres de ciclones em Moçambique⁶. Após o fim da guerra civil em 1992, o governo de Moçambique, a Cruz Vermelha de Moçambique, Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e agências internacionais se afastaram na assistência em tempo de guerra. O desenvolvimento, em vez da resposta de emergência, tornou-se a prioridade. As agências reduziram as capacidades de resposta a desastres que se tornaram financeiramente insustentáveis⁷. (Departamento de Prevenção e Combate as Calamidades Naturais, ou DPCCN) tinha umas infra-estruturas de entrega pós-guerra insustentável de 3.000 funcionários e 400 veículos. Em 1999, O decreto governamental n.º 37 substituiu o DPCCN pelo Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGD). Em 1999, foi promulgada uma nova política governamental nacional sobre gestão de desastres que criou o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) com ênfase na coordenação em vez da entrega⁸.

Moçambique é um dos países mais pobres do mundo, listado em 170º lugar entre 173 no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU. Sessenta e nove por cento da população vive abaixo da linha de pobreza estabelecida de US\$ 0,40 por dia. Uma guerra civil de 16 anos e um longo período de ataque e desestabilização pela África do Sul em defesa do sistema de apartheid resultaram em pelo menos um milhão de mortes e devastaram muitas partes do país e sua infraestrutura. Mais de um terço da população foi deslocada em algum momento, e 1,7 milhão viveu como refugiados em países vizinhos⁹. Após um acordo de paz em 1992, eleições foram realizadas em 1994 e a ONU supervisionou o retorno de refugiados, pessoas deslocadas internamente e a desmobilização de 92.000 ex-combatentes. Um factor significativo que teve impacto na resposta e recuperação das cheias de 2000 e 2001 foi a relação positiva de

⁵ SCAGLIA et al: 2021

⁶ Maule 1999

⁷ BANCO MUNDIAL 2005a

⁸ BANCO MUNDIAL 2005b

⁹ PNUD 2002

Moçambique com os seus doadores. O Plano de Acção do Governo para a Redução do Programa de Combate à Pobreza Absoluta (PARPA) previa a redução da proporção do PIB gasto em áreas sociais prioritárias durante 2004 e 2005.

Em Fevereiro de 2000, Moçambique e os seus países vizinhos foram atingidos por uma sucessão de tempestades tropicais. Chuvas fortes e persistentes em toda a África Austral resultaram pela primeira vez registada na inundação simultânea de todos os principais sistemas fluviais que desaguam no mar através de Moçambique. Centenas de pessoas morreram, 650.000 foram deslocadas e 4,5 milhões foram afectadas, o que equivale a cerca de um quarto da população de Moçambique. Uma enorme operação de socorro nacional e internacional evitou maiores perdas de vidas com 16.500 pessoas resgatadas por helicóptero e aeronave, e mais de 29.000 resgatadas por barcos.

As enchentes de 2001 afectaram principalmente as províncias centrais de Moçambique e foram causadas por chuvas prolongadas e intensas no final de 2000 e no início de 2001. Cerca de 500.000 pessoas foram afectadas, das quais 223.000 foram deslocadas. As agências estavam mais bem preparadas para responder às enchentes de 2001 porque os sistemas e contactos estabelecidos em 2000 estavam em vigor.¹⁰

1.2. Problemática e pergunta de partida

Moçambique é um país que enfrenta várias ameaças. Sendo as mais frequentes as cheias, ciclones tropicais e secas. A combinação das cheias, inundações e ciclones têm tido um impacto devastador como aconteceu no ano de 2000, que morreram aproximadamente 700 pessoas e 500.000 foram deslocadas.¹¹ A localização geográfica é um dos principais factores que contribui para a vulnerabilidade do país aos eventos extremos, uma vez que alguns ciclones tropicais e depressões são formados no Oceano Índico, atravessam o canal de Moçambique e afectam a zona costeira, e pelo facto do país ser atravessado pela maior parte dos rios internacionais que vão desaguar no Oceano Índico.¹²

As inundações deixam milhares de famílias à beira da fome, a perda imediata de vidas humanas devidos as inundações, a afectam assentamentos urbanos de todos os tipos, desde pequenas

¹⁰ BANCO MUNDIALb2005c

¹¹ PDRR: 2019

¹² MATLOMBE: 2019

cidades, cidades médias e grandes cidades, as inundações obrigam as populações abandonar as suas residências para locais mais seguros durante os desastres, as inundações têm tido um impacto direto nas infra-estruturas sócias como é caso de (escola, hospital, pontes, vias de acesso) e também há uma franca resposta mediante as inundações e a habitação desordenada dificulta o escoamento da água.¹³

Quando chove intensamente o solo e as árvores não conseguem absorver toda a água então essa água corre pelas valas de drenagem e canais para as zonas baixas e, finalmente, chega aos rios. Porem, quando a água é muita, os rios enchem até ultrapassar as margens e inundam os terrenos. Isto é o fenómeno das cheias. Quando acontece, a população que vive perto do rio ou nas áreas inundáveis são afectadas e é forçada, a abandonar as suas casas. Estas cheias podem ser exemplificadas como um dos fenómenos que permitiram a distribuição geográfica, migração interna e processos de deslocamento forçado, com o impacto do ciclone Eline e as cheias associadas do ano 2000, que criaram condições para o surgimento de bairros reassentados ao sul do Save, como é o caso do bairro de Khongolote Em Moçambique, o fenómeno de reassentamento é uma realidade social, assim sendo o mesmo tem forçado as entidades governamentais, organizações não-governamentais e outras, a desenvolver estratégias de integração e garantir a restauração do nível de vida das populações afectadas para um nível igual ou melhor, no novo espaço habitacional. A transferência de populações, para os novos assentamento, criados na sequência das cheias 2000, provocou mudanças nas formas de organização social, de geração de rendimento para garantir a subsistência familiar e no estabelecimento das relações sociais.¹⁴

Neste contexto surge a seguinte questão de pesquisa: De que forma o reassentamento contribuiu para mudança de qualidade de vida das famílias transferidas para o bairro de Khongolote?

1.3. Objectivo geral

- Avaliar os impactos sociais do reassentamento das famílias reassentadas no bairro de Khongolote.

1.4. Objectivos específicos

- Descrever abrangência das cheias no ano 2000 em Maputo;

¹³ JHA et all: 2011

¹⁴ CHACHUAIO: 2003

- Identificar as principais mudanças ocorridas nas famílias no processo de integração no novo bairro Khongolote;
- Analisar as interações estabelecidas entre as comunidades que passaram a ocupar o mesmo espaço social no bairro de Khongolote;
- Mostrar o desenvolvimento social das famílias reassentadas em Khongolote.

1. 5. Justificativa

O interesse pela temática surgiu na medida em que constatou-se que, nos últimos anos Moçambique tem sofrido bastante com as mudanças climáticas como chuvas e que tem provocado inundações, o que obriga as estruturas governamental a crias condições para reassentar as populações que têm sido assolado, na maioria das vezes são pessoas cariciadas e que necessitam de ajudas para ter lugar seguros. O desenvolvimento do tema em questão é bastante relevante e de grande importância, pois trará ganhos para saber lhe dar com casos de reassentamento e como proceder sempre que houver necessidade de ter que reassentar as pessoas e as possíveis melhorias não só nas formas de reassentamentos mas também nos procedimentos.

1.6. Metodologia do Trabalho

Nesta secção, descrevermos os procedimentos metodológicos que constituem a base para realização deste trabalho. Neste contexto, definimos os instrumentos utilizados na recolha de dados, o método de pesquisa, a população que serviu como objecto de estudo do nosso trabalho. A metodologia do trabalho consiste numa investigação bibliográfica, onde os dados da pesquisa são conclusões já publicadas em relação ao tema abordado desde jornais; revistas; livros; e os meios de comunicação oral, como rádios; mas também gravações em fitas magnéticas, fotografias, entre outros. Estes dados são confrontados e organizados de forma a constituírem novas ideias sobre o tema em análise¹⁵. A escolha do Bairro Khongolote para a realização da nossa pesquisa fundamenta-se pelas seguintes razões: primeiro por este ter sido um dos bairros, que foram reassentadas algumas famílias afectadas pelas cheias; a segunda razão é pelo facto esta área, antes da implementação do programa de reassentamento populacional, os anteriores proprietários usavam como área para praticar agricultura, tendo sido “obrigados” a abandonar para ceder as suas machambas o parcelamento e posterior atribuição aos novos residentes. Para a realização deste trabalho usamos a pesquisa qualitativa e seguimos as seguintes etapas: revisão de literatura, colecta de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas (guião de

¹⁵ Martins, et al, 2016

perguntas – anexo 2), observação e por último a análise de dados. Na revisão de literatura neste trabalho consistiu na apresentação de pesquisa e abordagens sobre reassentamento, impacto social, desastres naturais e tentamos familiarizar com o tema, identificar e explorar as principais perspectivas defendidas por alguns autores no que concerne ao assunto a ser pesquisado. A entrevista semiestruturada é segundo Lakatos & Marconi, aquela em que o pesquisador ou entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido, as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas ou seja, consiste na aplicação de um guião de questões estruturadas¹⁶. Gil refere que, assim como as outras técnicas de investigação científica, a entrevista semiestruturada tem vantagens porque o pesquisador obtém dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo que todas essas respostas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças se reflectam simplesmente nas respostas¹⁷.

Para responder ao objectivo definido para este estudo, as entrevistas foram estruturadas para que os entrevistados fornecessem informações sobre a sua condição de vida no período anterior às cheias e a posterior como forma de permitir uma análise comparativa. O guião de perguntas é constituída por 5 conjuntos de perguntas: a 1ª parte compreende os dados pessoais; 2ª parte agregado familiar; 3ª parte destina-se a informação condições de habitação no bairro de origem dos nossos entrevistados; 4ª parte tem por objectivo colher informações de vida social antes do reassentamento; 5ª parte, procuramos obter informações sobre os diferentes níveis de relações sociais estabelecidas entre as comunidades no processo de integração no novo espaço social. A observação, como método de trabalho, tinha como objectivo, uma maior aproximação com a realidade empírica que nos permitiu, por um lado verificar no local as transformações ocorridas e por outro estabelecer um contacto directo com as populações objecto de estudo. A opinião de todos entrevistados, esta expressa neste trabalho.

2. Enquadramento Conceptual

2.1 Cheias e Inundações

Actualmente existe uma série de interpretações e definições sobre o que são cheias e inundações. Ambos os termos são utilizados vulgarmente como sinónimos. Contudo, há diferenças bem marcantes que definem e separam estes dois conceitos. Embora sejam por vezes utilizados como sinónimos, de facto não o são, pois, todas as cheias provocam inundações, mas nem todas as inundações são devido às cheias (Ramos, 2013b). As inundações podem ser

¹⁶ LAKATOS; MARCONI; 1992

¹⁷ GIL, 1999

devidas a várias causas e, consoante estas, podem ser divididas em vários tipos: inundações fluviais ou cheias; inundações de depressões topográficas; inundações costeiras e inundações urbanas. Embora nem todas as cheias e inundações sejam devidas a causas meteorológicas¹⁸.

De acordo com (Matlombe, 2019) inundações são fenómenos hidrológicos extremos de frequência variável, naturais ou induzidos pela ação humana que consistem na submersão de uma área usualmente emersa. As cheias são fenómenos hidrológicos temporários. Enquanto as inundações, na sua maioria temporárias, podem ser definitivas à escala da vida humana, como é o caso da subida eustática do nível do mar. Uma situação que ocorre devido ao aquecimento global que está a emergir em terrenos costeiros¹⁹.

Inundações e enchentes são eventos naturais que ocorrem com periodicidade nos cursos d'água, frequentemente deflagrados por chuvas fortes e rápidas ou chuvas de longa duração. Segundo UN-ISDR 2002, “as inundações e enchentes são problemas geoambientais derivados de fenómenos ou perigos naturais de carácter hidrometeorológico ou hidrológico, ou seja, aqueles de natureza atmosférica, hidrológica ou oceanográfica. Sabe-se hoje que as inundações estão relacionadas com a quantidade e intensidade da precipitação atmosférica”²⁰. (Souza, 1998). A magnitude e frequência das inundações ocorrem em função da intensidade e distribuição da precipitação, da taxa de infiltração de água no solo, do grau de saturação do solo e das características morfométricas e morfológicas da bacia de drenagem²¹.

2.2. Impacto Social

Do latim *impactus*, o impacto é o efeito diretamente atribuível a uma ação, ou a consequência de determinado esforço para atingir um fim estabelecido. No contexto de programas, projetos ou investimentos sociais, o impacto é simplesmente o conjunto de mudanças produzidas pela intervenção. Estas mudanças podem ser intencionais e não intencionais, positivas e negativas, diretas e indiretas. Por essa razão, é importante compreender que o impacto pode ser mais amplo do que os objetivos declarados de uma intervenção ou negócio²², o que afeta seu processo de medição e valoração²².

Impactos sociais são muitas vezes subjetivos e difíceis de se mensurar. Essa complexidade representa um grande desafio para projetos e negócios sociais, que, na sua maioria, acabam não

¹⁸ RAMOS, 2013b

¹⁹ MATLOMBE 2019

²⁰ UN-ISDR, 2002

²¹ SOUZA, 1998

²² FABIANI et al, 2012a

tendo seus impactos avaliados. Apesar das dificuldades e do custo envolvido, é uma certeza que a mensuração do impacto é o caminho para o desenvolvimento de intervenções cada vez mais efetivas e contributivas para a construção de sociedades mais justas e sustentável.

Segundo (Fundação André e Maggi, 2017) “alguns falam que impacto social é uma transformação positiva, melhoria social de longo prazo, ou ainda efeito de uma ação na sociedade. Outros discutem sobre a mensuração: se deve ser feito através de dados quantitativos ou análises qualitativas”²³.

O denominador comum de todas as definições de impacto social é o efeito de uma acção a medio ou longo prazo, que leve a desenvolvimento ou melhora social, uma transformação que deve ser mensurável.

2.3 Reassentamento

De acordo com o (PRRAE, s.d) “o reassentamento a deslocação ou transferência da população afectadas de um ponto do território nacional a outro, acompanhada da restauração ou criação de condições iguais ou acima do padrão anterior de vida”.

O reassentamento visa impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do país e garantir que a população afectada, tenha uma melhor qualidade de vida, equidade social, tendo em conta a sustentabilidade dos aspectos físicos, ambientais, sociais e económicos.

Plano de Reassentamento ao instrumento que define com pormenor a tipologia de ocupação de qualquer área específica, estabelecendo a concepção do espaço, dispondo sobre usos do solo e condições gerais de edificações, o traçado das vias de circulação, as características das redes, infra-estruturas e serviços²⁴.

O Plano de Reassentamento aprovado pelo CTGC em Moçambique refere que, o reassentamento deve observar as seguintes condições:

Edificar casas melhoradas; providenciar o acesso a água e saneamento básico, bem como os serviços de saúde e educação; assegurar a produção e produtividade agrícola; assegurar a assistência alimentar e nutricional; criar meios para geração de renda através da implantação de centros comunitários de recursos para a aquisição e divulgação de tecnologias, comércio, cursos de formação e diversificação de actividades profissionais; por fim, criar comités locais de gestão de risco para lidar com as calamidades naturais (Ctgc, 2009: 2 apud Nguenha, 2014).

²³ FUNDACAO ANDRÉ e MAGGI, 2017

²⁴ PRRAE, s.d

Para a nossa pesquisa, consideramos pertinente a definição apresentada pelos MOPH (2013), segundo a qual o reassentamento é entendido como a deslocação ou transferência da população que tenha perdido seus bens pelas enxurradas, de um ponto do território nacional para o outro, dando a necessidade de restauração ou criação de condições idênticas ou acima do padrão de vida anterior. Esta definição é atinente a elaboração do regulamento que deve ser levado em consideração pelas entidades públicas ou privadas, efectuadas por pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, no processo de reassentamento às famílias afectadas com vista a promover a qualidade de vida dos cidadãos e a protecção do ambiente. Entretanto, pode-se traduzir, de acordo com a definição, que reassentamento equivale a dar um ponto de partida de sobrevivência às famílias afectadas por diversas situações que causaram a perda de seus bens.

2.4. Revisão de literatura

A revisão da literatura neste trabalho consistiu na apresentação de pesquisas e abordagens sobre reassentamento, impactos sociais e expansão na cidade de Maputo.

Segundo Saito (2015), os desastres naturais são resultados do impacto de um fenómeno natural extremo sobre um sistema social, que excedam a capacidade dos afectados em do conviver com o impacto. Fazendo uma breve classificação quanto à natureza dos desastres naturais, temos desastres biológicos, geográficos, climatológicos, meteorológicas e hidrológicos. E quanto a classificação à intensidade, parte do nível I à IV, sendo que este último é o nível mais extremo. Para Maggi (2017) impacto social é o efeito de uma acção a médio ou longo prazo, que leve a desenvolvimento ou melhora social, uma transformação que deve ser mensurável. O denominador comum de todas as organizações, projectos e negócios sociais é a capacidade de impactar de forma positiva a realidade das pessoas que utilizam seus serviços. Para essas iniciativas, propósito e impacto vêm antes de qualquer coisa. Por isso, o modelo de impacto deve vir antes mesmo do modelo de trabalho ou negócio, pois a forma que a organização ou iniciativa vai operar deve ser guiada pelo seu poder de transformação.

Ao considerar que pobreza, por exemplo, não é definida apenas pelo poder económico e renda, mas pelo acesso a serviços básicos de educação, saúde, saneamento e moradia de qualidade, por exemplo, pensa-se impacto social em várias áreas: Acolhimento familiar, Assistência social, Educação e Desenvolvimento comunitário só para dar alguns exemplos.

Para Fabiani et al (2017) o impacto é o efeito directamente atribuível a uma acção, ou a consequência de determinado esforço para atingir um fim estabelecido. No contexto de programas, projectos ou investimentos sociais, o impacto é simplesmente o conjunto de mudanças produzidas pela intervenção. Estas mudanças podem ser intencionais e não intencionais, positivas e negativas, directas e indirectas. Por essa razão, é importante compreender que o impacto pode ser mais amplo do que os objectivos declarados de uma intervenção ou negócio², o que afecta seu processo de medição e valoração.

Para Dominguez & Baeninger (S.d), o reassentamento é a solução usada pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), com a colaboração dos governos e da sociedade civil, para realocar pessoas ou grupos de refugiados que correm risco de vida no país de origem. O reassentamento segundo este autor está relacionado com os indivíduos que emigram para os outros países em busca de asilo, uma vez que nos seus países de origem sofrem perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Os grupos reassentados num determinado espaço, encontram-se, deste modo, num processo de redefinir o seu papel e imagem na sociedade no que diz respeito a referência espacial (Castro, 1995).

Magano (S.d), define o reassentamento como sendo o papel de ancoragem social que é sustentado por uma parte essencial do nosso quotidiano e da possibilidade de acesso a um conjunto de serviços e bens públicos que a sociedade precisa para atingir os níveis básicos de bem-estar. Isto remete-nos afirmar que é da competência do governo disponibilizar meios básicos que tornam acessível a vida das populações nos bairros onde são alocadas.

MOPH (2013) tem uma definição pertinente para nossa pesquisa, segundo a qual reassentamento é entendido como a deslocação ou transferência da população que tenha perdido seus bens pelas enxurradas, de um ponto do território nacional para o outro, dando a necessidade de restauração ou criação de condições idênticas ou acima do padrão de vida anterior. Esta definição é atinente a elaboração do regulamento que deve ser levado em consideração pelas entidades públicas ou privadas, efectuadas por pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, no processo de reassentamento às famílias afectadas com vista a promover a qualidade de vida dos cidadãos e a protecção do ambiente. Entretanto, pode-se traduzir, de acordo com a definição, que reassentamento equivale a dar um ponto de partida de sobrevivência às famílias afectadas por diversas situações que causaram a perda de seus bens.

Segundo (Guerra, 1994 apud Nguenha, 2014), os bairros de reassentamento, para além dos espaços segregados e estigmatizados, lugares caracterizados por uma escassez de espaços de

lazer e de sociabilidade, representam uma monofuncionalidade residencial, colocando-se longe dos centros económicos, sociais e culturais da cidade e carenciados de estruturas colectivas. Desse modo, pretendemos através deste estudo perceber a forma como a população dos bairros de reassentamento de Khongolote se apropriam dos espaços e vivenciam as suas relações com as populações nativas do bairro.

Cruz (2003), na sua obra intitulada “Construir a casa”, fala de um estudo feito em Portugal sobre o reassentamento das famílias carenciadas, refere que a construção de casas foi feita pelos arquitectos sem tomar em consideração as preferências dos habitantes. A casa construída para a população baseou-se na reflexão do modo de vida urbano, em que os habitantes devem ser socializados para habitá-las.

3. Abrangência das cheias do ano 2000

As cheias de Moçambique em 2000 foram causadas por uma sucessão de tempestades tropicais, começando com a depressão Connie entre 4 e 7 de Fevereiro. Os ciclones Eline e Gloria seguiram no final do mês. Pesado e persistentes as chuvas no sul da África resultaram, pela primeira vez registada, na inundação simultânea do Limpopo, Rios Incomati, Umbeluzi, Save, Buze e Pungoe.²⁵

As cheias que ocorreram nas regiões sul e centro de Moçambique em Fevereiro e Março de 2000 tiveram como consequências 500.000 pessoas deslocadas, graves danos em termos de habitação, infraestruturas agrícolas, edifícios públicos, escolas, hospitais, sistemas de abastecimento de água e energia elétrica, redes rodoviárias, linhas férreas e telecomunicações. Estes prejuízos representaram um enorme revés para a economia nacional moçambicana e para os esforços realizados na área da redução da pobreza (Banco Mundial, 2000)²⁶. De acordo com (GoM 2000f) Pelo menos 700 pessoas morreram, 650.000 foram deslocadas e 4,5 milhões de pessoas foram afectadas, totalizando cerca de um quarto da população de Moçambique²⁷.

A dimensão da calamidade afectou a actividade económica de forma tão profunda com particular impacto na produção agrícola e industrial e numa área tão vasta, que foram enormes os efeitos macroeconómicos em 2000.” (Banco Mundial, 2000).

As províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala e Manica foram as mais afectadas pelas cheias. A população total das cinco províncias afectadas é de aproximadamente cinco milhões de pessoas. De acordo com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), cerca de

²⁵ BANCO MUNDIAL-2005

²⁶ BM-2000

²⁷ GoM -2005

dois milhões de pessoas sofreram prejuízos económicos. O colapso do sistema de transportes resultante da destruição de estradas, pontes e linhas férreas, isolou as pessoas das zonas afectadas do abastecimento de comida, água e dos serviços essenciais (Banco Mundial, 2000). Segundo (Chachuio:2003) cerca de 4,5 milhões do total da população do país, foi afectada, particularmente na região sul. Nas cidades de Maputo e Matola, cerca de 1.552.072²⁸ pessoas ficaram desalojadas, necessitando de todo tipo de apoio. Os bairros onde se registaram os maiores estragos (Polana Caniço, Inhagóia, Hulene, Ferroviário, Luís Cabral, Jorge Dimitrov (Benfica), Jardim e Magoanine), localizam-se na sua zona maior parte na área suburbana, com problemas de ocupação espontânea, em espaço não planificados e por vezes impróprios para a construção de habitação, na Matola encontro bairros que também foram afectadas como os seguintes bairros: Matola C, Machava, Liberdade, Fomento, Trevo. As áreas inundadas fazem parte do grupo de lugares identificados pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo como sendo ambientalmente de maior risco para a edificação de habitação residencial.²⁸ Para além dos problemas ambientais, tais zonas são caracterizadas por um alto nível de concentração populacional que ultrapassa os 70% em relação as áreas urbanas (13%) e periurbanas (8%)²⁹. Do mesmo modo as inundações que atingiram os rios Limpopo, Rios Incomati, Umbeluzi, Save, Buze e Pungoe devastaram o setor agrícola, em parte devido à natureza prolongada da inundação em algumas áreas. 140.000 Hectares de plantações foram destruídos ou seriamente danificados e sistemas de irrigação também foram destruídos. Estima-se que 350.000 cabeças de gado foram perdidas ou seriamente feridas e 6.000 pescadores perderam 50 por cento de seus barcos e equipamentos (FAO 27/3/00)³⁰.

Uma enorme operação de socorro nacional e internacional evitou maiores perdas de vidas com 16.500 pessoas resgatadas por aeronaves e mais de 29.000 por barcos (IFRC 2002). Os deslocados foram acomodados em 100 abrigos temporários centros, sendo o maior Chiaquelane com uma população máxima de 80.000 pessoas.

As cheias de 2001 afectaram principalmente a Zambézia, o norte de Sofala, depois as províncias de Tete e Manica no centro de Moçambique durante Fevereiro e Março. As cheias foram causadas tanto pelas chuvas prolongadas e intensas no final de 2000 e no início de 2001 no centro de Moçambique, como pelos fluxos crescentes dos países vizinhos das barragens de Kariba e Cahora Bassa.

²⁸ CHACHUAIO- 2003

²⁹ Araújo-1999

³⁰ FAO -2000

Em Março de 2001, a costa de Nampula foi atingida pelo ciclone Dera. Cerca de 500.000 pessoas foram afectadas, das quais 223.000 foram deslocadas (GoM 2001d). A perda de vidas foi mínima devido ao início mais lento do desastre, em comparação com o impacto das cheias de 2000 mais a sul. Em 21 de fevereiro de 2001, o governo de Moçambique declarou emergência por inundações e apelou à comunidade internacional por US\$ 30 milhões em assistência emergencial³¹.

As agências estavam mais bem preparadas para responder às enchentes de 2001 porque os sistemas e contatos estabelecidos em 2000 estavam em vigor. A natureza contínua do desastre tornou-o uma emergência um pouco menos assustadora do que as enchentes de 2000. O governo, o sistema da ONU e as principais agências, como a Cruz Vermelha de Moçambique, realizaram exercícios de aprendizado de lições e desenvolveram planos de contingência, o que resultou em melhorias significativas nas respostas. Medidas de preparação foram tomadas, incluindo a pré-colocação de alimentos, barcos e outros materiais de socorro. O contato com países vizinhos também resultou em alguma coordenação de descargas das barragens de Kariba e Cahora Bassa³² (UNICEF-2002).

4. Breve descrição do Bairro de Khongolote

O Município da Matola localiza-se na província de Maputo, na região Sul do território Moçambicano. Em 1997, a população da região Sul de Moçambique totalizava cerca 3958475 habitantes, dos quais, cerca de 424662 (10. 725%) eram residentes do Município da Matola. Para o mesmo ano, o Município contava com uma densidade populacional de cerca de 1132 habitantes por km², portanto, 49 vezes maior que a média da região (23 hab/ km²) (INE, 1999 apud CMCM 2010)³³. De acordo com os dados preliminares do Censo de 2007, Infulene é Posto Administrativo mais populoso) onde também se encontra o bairro mais populoso do Município, Bairro de Ndlavela com mais 62000 habitantes. De 1997 para 2007 o Posto Administrativo do Infulene registou uma dinâmica acelerada no crescimento da sua população, reflectindo-se um crescimento exponencial em alguns bairros. Os bairros 1º de Maio, Khongolote, Intaca e Ndlavela foram os que maior crescimento registaram de 1997 à 2007. O crescimento destes Bairros começa a notar-se a quando das cheias de 2000, com a retirada da população das zonas de risco para as seguras. As famílias afectadas pelas inundações foram alojadas nos Bairros 1º de Maio e Khongolote, esta situação criou condições para que muitas

³¹ GoM-2001

³² UNICEF- 2002

³³ INE, 1999 apud CMCM 2010

famílias procurassem espaço para construção de moradias próprias, abandonando flats na cidade de Maputo e outros abandonaram moradias de arrendamento na cidade da Matola³⁴.

O bairro de Khongolote esta localizado na província de Maputo e faz limite com os bairros de Zimpeto, Ndlavela, Nkobe e Intaca, apresentam características semelhantes, na forma de organização do espaço residencial que é tipicamente rural e na prática de agricultura que constitui a actividade principal das populações. A falta de uma rede de energia eléctrica, água potável e de um sistema de saneamento do meio constitui outro das características comuns a este bairro no distrito Municipal da Matola, posto administrativo de Infulene³⁵.

5. As mudanças nas famílias no processo de integração social no bairro Khongolote

De forma a responder o nosso objectivo de estudo, consideramos pertinente interpretar as definições de três conceitos, a de família, mudança social e processo de integração. Segundo a WLSA Moçambique (1998), a família é entendida como corpo institucionalizado onde, através de relações de cooperação estabelecidas se faz a socialização dos seus membros³⁶. Enquanto para Minuchin (1985- 19888), a família é um complexo sistema de organização, com crenças, valores e praticas desenvolvidas ligadas directamente as transformações da sociedade, em busca da melhor adaptação possível para sobrevivência dos seus membros, e da instituição como um todo³⁷. Os dois autores são unanimes ao afirmar que a família é uma instituição ligada as transformações e desenvolvimento da sociedade. A definição de Minuchin se adequa melhor para o nosso estudo uma vez que abarca os termos que são a essência do entendimento por família. Afinal é sobre as mudanças das famílias reassentadas que queremos entender, os seus desafios no processo de integração no novo espaço social. Na história a família é a mais antiga instituição humana que se conhece.

A mudança social é a transformação da sociedade e do seu modo de organização. Decorre de hábitos e costumes que deixam de fazer ou que começam a fazer parte do cotidiano das pessoas.³⁸ De acordo com (SZTOMPKA, 2005) a mudança social corresponde as transformações nas instituições, nas relações entre instituições, na estrutura de classe, valores, estatutos, papéis sociais e práticas sociais.

Para Max Weber (1982. Pág. 127), a principal causa das mudanças sociais está na origem do capitalismo, especialmente como resultado do progresso e da urbanização. De acordo com

³⁴ Conselho Municipal da Cidade da Matola- 2010

³⁵ ARAUJO, 1999: 188-189

³⁶ WLSA Moçambique-1998

³⁷ MINUCHIN- 1985-1988

³⁸ DÉHO et al “s.d”

(Karl Marx apud SZTOMPKA, 2005) acredita que as principais causas das mudanças sociais são as condições econômicas e a luta entre classes. Para Émile Durkheim, a mudança social é resultado das relações de trabalho e descarta a necessidade de revolução³⁹.

Cabe ressaltar que nem todas as modificações são rapidamente percebidas, e devemos ter o cuidado de não interpretar qualquer mudança como sinônimo de “bom”, de “avanços”, pois ignorar a importância das permanências, das tradições, seria um equívoco perigoso. Entender que as mudanças sociais podem ser pensadas a partir de teorias diversas e que cada opção encerra visões de mundo diferenciadas. Refletir sobre a ideia de que a sociedade pode ser pensada enquanto processo. Conhecendo sobre as mudanças sociais ao trabalho e o mercado. A socialização é um processo que tem por objectivo internalizar normas, costumes e comportamentos socialmente aceitos através de sistemas de punições e recompensas, bem como pelo sentimento de legitimidade que os indivíduos possuem das normas e regras impostas a eles.

Para Sra. Stela Tsavatsava Mause Bahuli:

Não fomos obrigados para vir aqui, saímos do bairro Trevo porque vimos que já havíamos perdido todo que possuíamos na nossa anterior casa, precisávamos de recomeçar as nossas vidas.

Assim, a mudança social é "toda a transformação observável no tempo, que afecta, duma maneira que não seja provisória ou efémera, a estrutura ou funcionamento da organização social duma dada colectividade e modifica o curso da sua história". É relevante relacionar a mudança social e o processo de integração social numa determinada sociedade ou a novos costumes, hábitos, para perceber como as famílias reassentadas aceitaram a nova realidade na sua vida social no bairro reassentado, daí que importante definir o conceito de integração social. O desenvolvimento de processos de integração constitui facto relativamente recente no cenário internacional. A origem do ideal integracionista pode até ser atribuída a filósofos como Immanuel Kant e sua esperança de encontrar a “paz perpétua” por meio de uma federação de Estados livres regulada pelo direito das gentes e pelo direito cosmopolita; ou mesmo a personagens históricos como Simón Bolívar, que defendia a “associação” dos recém-independentes Estados latino-americanos como forma de evitar possível recolonização por parte das potências europeias⁴⁰. Mas, entretanto o fenómeno de integração só adquiriu expressão no século XX, em especial após o fim dos conflitos da Segunda Guerra Mundial.

³⁹SZTOMPKA, 2005

⁴⁰BÖHLKE-2002

Fontes (2010) define integração como sendo um processo que abrange dois modelos de actuação distintos, nomeadamente: o modelo da acomodação e o modelo da assimilação. Para este autor, o modelo da acomodação consiste no processo que procura co-habitar numa única sociedade as duas culturas em questão (cultura de origem e cultura de acolhimento); e o modelo da assimilação consiste numa escolha cultural, onde o imigrante é levado a adoptar a cultura praticada no local de acolhimento em detrimento da sua cultura de origem⁴¹.

Segundo senhor Castigo Lázaro Matalimento:

Quando mudei para este bairro eu não tinha emprego, mas no Trevo eu fazia biscatos na fábrica de cimento de Moçambique, aqui não havia biscatos e nem como começar a vida. Não foi fácil começar a vida, eu tinha dois filhos, só vivíamos de comida de doação que o governo trazia. Vontade de voltar para Trevo não me faltava, mas já não tinha onde morar no Trevo.

“A integração é antes definível como pluralidade vasta, aberta e mutável de estilos de vida, todos partilhando a cidadania. Isto é, todos eles conservando, aprofundando e exprimindo capacidades de escolha. Trata se não apenas da posse de competências virtuais ligadas à vida social, mas do efectivo uso delas⁴².”

“Integração é o conjunto de processos de constituição de uma sociedade a partir da combinação das suas componentes, sejam elas pessoas, organizações ou instituições⁴³.”

Importa salientar, em todo o caso, que nas nossas sociedades a integração não é pensável como uma homogeneidade restritivamente decretada, como uma autodefinição grupal. Nem mesmo, já num sentido mais amplo, como o conjunto de representações, valores e comportamentos que uma dada cultura avalia de forma positiva.

Para senhora Salma Augusto Mate:

Quando eu estava em Trevo possuía grande Machambas no bairro da Machava, onde actualmente ergueram a escola de ADPP, quando cheguei aqui não tinha nada, e nem como sustentar os meus filhos. Tive que vender as matas que recebi para poder comprar o que comer. Depois comecei a trabalhar nas machambas na zona de Intaca em troca de produtos alimentares para sustentar as crianças.

Reprodução social aproprio-me das ideias de Sahlins (1997), segundo as quais em contexto de mudança, uma determinada sociedade tenderá a ajustar as novidades às lógicas pré-existentes

⁴¹ FONTES 2010, apud BOCA, 2020

⁴² ALMEIDA- 1993

⁴³ PIRES- 2012

no contexto, o que garante continuidade social mesmo em contextos de mudança⁴⁴. Essa ideia trazida pelo autor permite compreender a existência de continuidade no padrão de actividades geradoras de renda praticadas pelas famílias para o seu sustento em uma nova zona bairro de Khongolote.

6. As interações entre as famílias reassentadas e os nativos do bairro Khongolote

Nesta secção as entrevistas foram feitas somente aos reassentados, embora houvesse necessidade de também se ouvir os nativos, mas não chegamos a encontrar alguém que aceitasse falar connosco, os poucos que encontramos alegavam não ter nada para dizer porque não acompanharam as interações com os reassentados, outros alegavam que estabeleceram-se no bairro depois das cheias e compraram os terrenos dos nativos do bairro ou mesmo dos reassentados que abandonaram e venderam as casas. Alguns justificam que eram crianças quando houve o reassentamento, os próprios reassentados não conseguiram identificar as pessoas que aqui já existiam. O bairro agora está cheio de famílias que compraram o espaço dos nativos.

Em Moçambique quer na sua história colonial, assim como contemporânea, Moçambique concebeu e implementou políticas e projectos de desenvolvimento, povoamento e transformação rural, que resultaram na expropriação de terras campesinas, deslocação e reassentamento das comunidades afectadas, muitas vezes, em contextos e condições inadequadas. Este período marcou o surgimento em Moçambique, dos primeiros reassentamentos e assentamentos populacionais, originados por projectos de desenvolvimento rural, especificamente, os Aldeamentos e Colonatos portugueses, as Aldeias Comuns e a Operação Produção⁴⁵.

Uma das conquistas no campo da Geografia é a abordagem do espaço urbano como socialmente produzido, que resulta do trabalho humano e não dado pela natureza. A partir da concepção do espaço urbano como produto social foi possível inserir seu estudo na lógica do materialismo histórico, da dominação, do conflito de classes e desenvolver a Geografia como ciência humana⁴⁶.

Por isso aponta que está a se falar de relações sociais, qualificando-se o espaço e a partir do qual são examinados os sujeitos sociais envolvidos na sua produção através das suas acções e observada a interação entre eles também a partir do espaço. O social revela a vida, a sociedade

⁴⁴ SAHLINS, 1997 apud BOCA, 2020

⁴⁵ COSSANE-2023

⁴⁶ VILLACA, 2011 apud RIBEIRO, 2021

e seus conflitos, o poder econômico e o político que se realizam na vida cotidiana e no lugar, com estratégias específicas que se confrontam com as necessidades da vida humana. O espaço é apropriado, transformado e produzido pela sociedade, sendo assim, produto social ⁴⁷. De acordo com a Senhora Salma Mate

Quando chegamos no bairro de Khongolote não recebemos logo as casas de doação, primeiro ficamos no centro de acolhimento por um período de dois meses e eu era a representante das famílias que vinham do bairro Trevo, no total eramos 106 pessoas. Fomos recebidos pelo Senhor Júlio Wacete Chemane, que era o régulo do bairro. A socialização com os nativos não foi fácil, os nativos não aceitavam que os reassentados pudessem tirar águas nas fontenárias que havia, nem mesmo podíamos tocar nas frutas das árvores que se encontravam no espaço que fomos atribuídos, tínhamos que pagar pelas árvores que se encontrava nos terrenos que fomos oferecidos. Eu como representante dos reassentados tive que pedir ajuda do régulo Júlio Chemane, por causa do sofrimento que passávamos, o régulo reuniu-se com os nativos para pedir que nos deixassem pelo menos tirássemos na fontenária água.

Tratando-se de um espaço socialmente produzido, a sua dinâmica resulta de distintos processos sendo a acção humana a de maior destaque, que leva a alterações ou mudanças que podem ser observadas durante um longo, médio ou curto períodos de tempo, dependendo da existência de recursos materiais e financeiros, da situação geográfica, entre outros fatores.

Segundo Sra. Stela Tsavatsava Bahuli

Eu entendo que não foi fácil para os nativos cederem os seus espaços para pessoas que não conhecia e não ganhar nada por isso, tanto que os nativos não falavam connosco mais com tempo eles tiveram que aceitar que nos não íamos sair do espaços.

As formas históricas de ocupação, sua dimensão, posição e situação geográfica, as diferenças naturais, as lógicas econômicas, as forças polarizadoras e a orientação da política econômica contribuem activamente na dinâmica diferenciada dos espaços que pode ser expressa por usos distintos pela aglomeração/concentração de pessoas e actividades, edificações, equipamento e infraestruturas⁴⁸.

Segundo Sra. Zarabibe Sufo

Até o ano de 2002 já existia boa convivência aqui no bairro porque começou a ter novos moradores que foram adquirido espaços ao nosso arredor, o bairro foi

⁴⁷ SOUSA, 2013

⁴⁸ SANTOS e ANDRADE, 2010

crescendo. Com isso não significa que de 2002 até hoje não houvesse divergências, sempre a problemas entre vizinhos mas sempre conseguimos resolver entre nos com a estrutura do bairro...

Schaffer afirma que o conceito de diálogo é essencial para a compreensão das interações⁴⁹. No caso concreto seria o diálogo entre as famílias reassentadas e os nativos do bairro Khongolote, a sua relação cotidiana, a convivência, as interações sociais assumem um papel importante quando se pretende promover um desenvolvimento de boas relações.

Por sua vez, (Alves 2017), definem interação como sendo o comportamento de um indivíduo perante a participação de outro, como numa conversa, numa troca de gestos, num jogo ou num conflito⁵⁰. Assim, é facilmente constatável que para existir uma interação social têm de haver sempre dois ou mais participantes, ainda que esta não implique obrigatoriamente a comunicação oral.

Segundo Sra. Zarabibe Sufo

A convivência com os nativos não foi fácil tanto que nos não podíamos tocar nas árvores que tinha aqui nos terrenos que fomos oferecidos, para ter lenha era preciso pagar os nativos para nos deixar cortar lenha, para ter água aqui nas proximidades só havia uma fontenária mas os nativos não facilitava para que nos tirássemos água, só podíamos tirar água depois que os nativo tivesse terminado de tirar água daí que era necessário acordar muito cedo para tirar água no centro de acolhimento mas era muito distante das casa que fomos oferecidos...

7. O desenvolvimento social das famílias reassentadas

É no advento do capitalismo industrial que se gestam as primeiras ideias ligadas ao desenvolvimento e a utopia do progresso e da homogeneização das condições de vida nas diversas sociedades. Deste modo incrementa-se um debate da economia política sobre tais processos, que se convencionou chamar de Economia do desenvolvimento⁵¹.

Existe uma conhecida correlação entre riqueza económica e bem-estar que é bastante óbvia no nível dos indivíduos, e tende também a ser verdadeira no nível das nações.

A maioria dos esforços de dimensionar a qualidade de vida de uma população dada tende a ser feita através de variáveis de tipo negativo, que se referem a carências: deficiências alimentares, ausência de serviços urbanos, mortalidade infantil, más condições de moradias etc. O

⁴⁹ SCHAFFER, s.d, apud ARANHA

⁵⁰ ALVES, 2017

⁵¹ FIORI 1999 apud ANDRADRE e ZIMMERMANN s. d

acompanhamento da melhoria da qualidade de vida se faz, então, pela mensuração de índices referidos a estas carências. O problema se torna mais complexo, no entanto, quando certos padrões considerados mínimos são atingidos, e não é mais possível considerar o simples aumento indefinido do nível de renda e sua distribuição com o padrão adequado de melhoria, no sentido do que poder-se-ia chamar "plenitude" de vida, ou um ideal qualquer de felicidade⁵². Oportunidades Sociais São as disposições sociais que as pessoas têm acesso objetivando a melhoria da sua qualidade de vida, através da oferta de serviços de saúde e educação, saneamento e serviços públicos de qualidade para todos.

Segundo Castigo Matalimunte, que vem do bairro do Trevo que actualmente é funcionário como guarda da Escola Secundária de Khongolote:

Antes deste lugar ser uma escola, aqui funcionava como estaleiro, o material que foi usado para construção das casa dos reassentados era todo armazenados neste espaço. Nessa altura em 2000, eu não trabalhava e tive a oportunidade de trabalhar aqui como guarda. Quando terminou a construção das casas em 2001 e em 2002 aqui passou a funcionar o centro de Apoio e Aprendizagem. E no ano 2003 foi construída a Escola Secundária de Khongolote. E trabalho nessa escola até hoje, esta foi a primeira escola Secundária aqui no nosso bairro.

Diante deste quadro, Sen (2000) propõe o entendimento do desenvolvimento como sendo o processo que objectiva a expansão das liberdades humanas, ou seja, significa buscar os fins e os meios do desenvolvimento, não somente os aspectos quantitativos de renda. No que diz respeito ao debate sobre a riqueza e o crescimento econômico, concordamos com Sen (2000, p. 29): “O crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem que estar relacionado, sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”⁵³. Dito isto, pois vejamos qual é o entendimento dos entrevistados que foram reassentados no bairro Khongolote sobre o seu desenvolvimento social no acesso a serviços públicos, saúde, escola, mercados, transporte, segurança etc.

Segundo Sr. João Siteo:

A zona dos reassentado só recebeu o projecto de ligação de energia no ano 2004, e no fins de 2006 começa aparecer fornecedores privados de água e a fontenária publica apresentava deficiência para abastecer a população do bairro.

⁵² SIMON- 1974

⁵³ SEN- 2000

Até 2012 a população do Bairro Khongolote e seus arredores beneficiavam-se de uma escola Secundária, a Escola Secundária de Khongolote onde funcionava o Centro Apoio e Aprendizagem mas sem instalações próprias. Como forma de responder às necessidades ou à procura dos serviços de ensino que iam aumentando, aliados ao crescimento da população do bairro e seus arredores foi construída nos anos 2011 e 2012 a Escola Secundária Bonifácio Gruveta Massamba, e foi inaugurada em 2013⁵⁴.

Os nossos entrevistados são unânimes em dizer que mudar para o bairro Khongolote foi um desafio para eles pois as suas casas encontravam-se longe de tudo, só para não dizer que não tinham acesso a nada na zona reassentada.

Segundo Salma Augusto Mate, de 73 anos, viúva:

Vi com os meus 4 filhos todos com idade escolar, numa primeira fase as crianças estudavam num centro provisório onde estávamos alojados, as tendas improvisadas servia de sala de aulas para as crianças, até aí estava tudo bem. Tudo se estrega quando recebemos as casas de reassentamento essas estavam localizadas numa área onde era machambas longe da escola, as crianças tinha que percorrer longas distâncias para chegar à escola. Não havia hospital, nem posto policial aqui perto a única fonte de abastecimento de água não era fácil ter água porque os nativos não deixavam que tirássemos água antes de eles terminarem, daí que éramos obrigados a recorrer ao centro provisório onde fomos recebidos quando chegamos e das nossas casas para o centro era muito distante.

Isso mostra as dificuldades vividas pelas famílias reassentadas aquando do seu reassentamento no bairro Khongolote, a deficiência no acesso a serviços básicos nas zonas reassentadas. É verdade que este cenário veria a melhorar com o passar do tempo, o governo não estava preparado para enfrentar essa situação de ter que reassentar as famílias vítimas das cheias, aliás ao longo do nosso trabalho vimos que no decorrer da guerra civil dos 16 anos, o governo Moçambicano e as Organizações Não Governamentais nacionais e agências internacionais se afastaram da assistência às vítimas das mudanças climáticas e no seu orçamento já não incluía essas assistências sociais. Mesmo após o fim da guerra civil em 1992, o governo preocupou-se com a recuperação do desenvolvimento económico. Só foi em 1999 que o governo criou o decreto n.º 37 que substituiu o DPCCN pelo Instituto Nacional de Gestão de Desastres. E no ano seguinte teve que enfrentar a situação das cheias.

⁵⁴ SITO E-2019

A Sra. Carlota Macamo:

Antes das cheias a nossa entrevistada trabalhava como secretária doméstica no bairro da Machava-Sede e o marido era funcionário de uma empresa na zona da Machava-Sede, quando passaram para o bairro de Khongolote, em 2007 o marido perde a vida, e a dona Carlota ficou com os filhos. Para o sustento dos filhos a Senhora começou a fabricar bebida para vender. Segundo a nossa entrevistada as casas foram construídas por um doador de nome Eliseu Machava, casa do tipo 2. A partir de 2010 iniciou com a obra de aumentar a casa. Mas sem mexer a estrutura da casa doada. E só foi terminar a obra em 2013. O fabrico de bebida continua ser a rede de sobrevivência da Sra. Carlota Macamo.

De uma forma geral verificou-se que há uma certa frustração das famílias reassentadas porque numa primeira fase os chefes das famílias não tinha como assegurar o sustento das suas famílias, os que tinha um emprego formal tinha dificuldades de ter transporte para ir trabalhar. O exemplo disso é o caso da senhora (Zarabibe Sufo, de 78 anos):

Quando cheguei aqui eu trabalhava numa empresa no bairro da Machava-Sede, nessa altura não havia transporte eu era obrigada acordar muito cedo para ir trabalhar a pé, alguns dos meus filhos foram ficar em casa do meu irmão e só venha passar final de semana comigo. Depois de a empresa declarar falência em 2000 passei a receber no Instituto de Segurança Social. Em 2015 o meu filha mas velho que trabalho no aeroporto de Moçambique contruiu me uma casa do T3.

8. Entrevista

Nesta secção analisamos algumas variáveis como, idade, nível de escolaridade, crenças religiosas, estado civil e ocupação profissional dos entrevistados de forma a trazermos o traço sociológico dos residentes da zona de reassentamento no bairro de Khongolote. Em termos etários, a pesquisa abarcou pessoas da mesma faixa etária, tendo sido possível contactar informantes cuja idade está situada entre os 50 a 83 anos. Como se pode ver nas entrevistas a seguinte:

Salma Augusto Mate- 73 Anos de idade, sexo Feminino, viúva, chefe da família e representante dos reassentados, região cristã, 6 agregados familiar, antes das cheias eram macambeira depois das cheias, funcionária do Conselho Municipal da Cidade da Matola, nível académico alfabetizada. Antes das cheias possuía casa de alvenaria do tipo 4, vem do bairro Trevo, não foi obrigada a mudar se para Khongolote.

2. Carlota Alberto Macamo- 67 Anos de idade, sexo feminino, viúva, cristã, 10 agregados familiares, antes das cheias era secretaria domestica, depois das cheias comerciantes, nível académico alfabetizado, antes da cheia possuía uma casa de chapa Zico do tipo 2, vem do bairro Trevo, não foi obrigada a mudar se para Khongolote.

3. Stela Tsavatsava Mause Bahuli- 54 anos de idade, sexo feminino, estado civil casada, cristã velha apostolo, 5 agregados familiares, nível académico ensino básico, não possuía casa própria morava em casa do sogros numa casa de alvenaria do tipo 2, vem do bairro Trevo, não foi obrigada a mudar se para Khongolote.

4. Zarabibe Sufo- 78 anos de idade, sexo feminino solteira, região islã, estado civil solteira, 4 agregados familiares, nível académico ensino Secundário, trabalhava numa empresa na Machava-Sede, não possuía casa própria moravam em casa dos pais numa casa de alvenaria do tipo 2, vem do bairro Trevo, não foi obrigada a mudar se para Khongolote.

5. Castigo Lázaro Matalimunte- 54 anos de idade, sexo masculino, estado civil vivi maritalmente, agregados familiares 3, antes das cheias não possuía casa próprio, morava em casa dos seus pais, antes das cheias vivia de biscatos, actualmente é segurança numa escola do bairro Khongolote numa casa de caniço do tipo 1, não foi obrigado a mudar se para Khongolote.

9. Conclusão

Este trabalho se propôs a estudar questões relacionadas com os impactos sociais das cheias e o reassentamento das populações que foram severamente afectadas por essas calamidades naturais. Para a sua elaboração recorreu-se a combinação de fontes primárias e secundárias que versam sobre a temática. De uma forma objectiva mencionou as zonas abrangidas pelas cheias, analisou as dinâmicas ocorridas após o reassentamento e os desafios dos recém- reassentados na zona segura concretamente no bairro de Khongolote.

Os dados obtidos no trabalho de campo demonstram que, por um lado uma parte dos chefes de família continuaram com os seus empregos anterior das cheias e outra parte procuraram emprego no bairro após o reassentamento, fazendo comércio e negócios para sua sobrevivência mas também por outro lado tiveram os que alugaram machambas próximo ao rio Umbeluzi para cultivar. No período do nosso trabalho de campo concedeu um dia depois de ter caído chuvas e notamos que o solo tem a capacidade de absorver a água da chuva, o que também pode ter contribuído para a permanência de algumas famílias reassentadas no bairro de Khongolote. Salientar que uma grande parte das famílias que aqui foram reassentadas venderam os espaços outros perderam a vida. E esse foi um dos factores que fez com que tivéssemos poucos entrevistados. Mas também verifica-se que em alguns casos os processos de evacuação e reassentamento não são bem-sucedidos, pois registam-se com frequência situações em que as famílias regressam às áreas de zonas de risco ou nas zonas anteriores. E uma das justificações para essa situação é a falta de condições básicas nos locais de reassentamento, faltam infra-estruturas como fontes de água, electricidade, posto de saúde, a distância que as crianças devem percorrer para ir a escola, a falta de transporte etc.

Mas depois das cheias podemos observar que houveram mudanças, algumas famílias com o passar do tempo aumentaram as suas casas e verificou-se uma crescente urbanização bem organizada com rua bem largas, crescimento de construção de infra-estruturas de comércio, de lazer, escolas muito próxima as famílias reassentadas. Quanto ao conflito das famílias que perderam as suas machambas, com o passar do tempo as famílias pararam de criar confusão e se conformaram com a situação e as comunidades convivem pacificamente.

Tendo verificado um desenvolvimento urbano e a expansão no bairro Khongolote, sugerimos por isso uma melhor pesquisa e profundada sobre o impacto do desenvolvimento na construção de infra-estruturas como escola, posto policial, abastecimento de água. Assim poderá se compreender como o reassentamento contribuiu para o desenvolvimento do bairro também era explicar a densidade demográfica e a rápida expansão populacional.

10. Referências Bibliográficas

Grupo. I

ANDRADE, Fabrício Fontes; ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. *Desenvolvimento Social e Proteção social: o que Existe de Convergência?* Monte Claro: UNIMONTES, s. d.

ALMEIDA, João Ferreira. Integração social e exclusão social: algumas questões. *Social*, Vol XXVIII (123-124), 1993 (4.º-5.º), 829-834

ALVES, Mónica Alexandra Dias. *A importância das interações sociais no desenvolvimento das competências sociais*. Lisboa: ISEC, 2017

BOCA, Nértia Urnília Filipe. *Estratégias de sobrevivência e de reprodução social: transformações no modo de vida das famílias reassentadas em Mahubo - Boane, Moçambique*. Maputo: UEM, 2020

FABIANI, Paulo et al. *Avaliação de impactos social metodologias e reflexões*. Brasília: IDIS, 2012.

FUNDAÇÃO ANDRÉ e LUCIAMAGGI. *Impacto social*. Brasil: Projeto Transformar, 2017

MAGGI, André Lúcia. *Impactos social*. Brasília, F.A, 2017.

SCAGLIA, Ana Laula, PEREIRA, Patrick, DA SILVA, Silva, Igor Rapp. *O conceito de impacto social na literatura científica brasileira*. Intellectus Revista Académica Digital, Campinas, nº 1, p. 1-11, v 64, 2021

SOUSA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2013.

SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

WEBER; Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982. p. 127

Grupo. II

ARAÚJO, Manuel G. Mendes. Cidade de Maputo Espaço contrastantes: do urbano ao rural. Maputo, Finisterra, XXXIV, 64-68. 1999. PP. 175-190

BÔHLKE, Marcelo. *O processo de integração regional e a autonomia do seu ordenamento jurídico*. Florianópolis: UFSC, 2002.

CASTRO, Alexandre. *Ciganos e habitat: entre a itinerância e a fixação*. Sociologia-problemas e práticas, Lisboa, nº 17, p. 97-111, 1995.

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA MATOLA. *Plano de estrutura urbana da cidade da Matola: análise da situação actual*. Matola: VFR, Março, 2010

COSSANE, Mário Mubango. *Reassentamentos e assentamentos populacionais resultantes dos resultantes dos colonatos das aldeias comunais e das aldeias comunas em Moçambique*. Maputo: s.n, p. 25-38, 2023

CRUZ, Marta. *Construir uma casa: Elementos exploratórios para a compreensão dos conteúdos, do contexto e do processo de concepção arquitectónica da habitação unifamiliar*. Lisboa, p. 231-250, 2003.

MAGANO, Olga. *Vivência urbana nas transformações identitárias*. Lisboa, p. 1-13, s.d.

NGUENHA, José Leonardo Fernando. *Reassentamento: Um estudo sobre as percepções da apropriação dos espaços habitacionais nas zonas de expansão no Distrito de Marracuene (2000 – 2013)*. 2014

PIRES, Rui Pena. *Uma Teoria dos Processos de Integração: Sociologia Problemas e Práticas*, S.l, nº 30, p. 9-54, 1999.

TZANDZANA, Armando. *Estudo da Expansão Horizontal da Cidade de Maputo: o Caso do Bairro de Laulane*. Maputo. 1999.

SANTOS, Flávio Cabreira Dos; ANDRADE, Vicentina Socorro da Anunciação. *A influência do processo de produção do espaço urbano da cidade de Aquidauana-ms/Brasil no clima e na origem e evolução da leishmania longipalpis*. VI Seminário Latino-americano de Geografia Física, II Seminário Ibero-americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, Maio de 2010.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

PNUD. 2002. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2002*. PNUD 2002.

Grupo. III

CHUAIO, Deodete. *Impacto das acções realizadas na sequência das cheias de 2000*. Maputo. 2003

DOMINGUEZ, Juliana Arantes. BAENINGER, Rosana. *Programa de Reassentamento de Refugiados no Brasil*. São Paulo, p. 1-14, s.d.

EDUARDO et al. *Aprender a viver com as Cheias: Manual de recomendações para a redução da vulnerabilidade em zonas de ocupação*. 2004

FAO (Organização Alimentar e Agrícola). 2000. *Cerca de US\$13 milhões são necessários urgentemente para ajudar os agricultores de Moçambique a reconstruir suas casas e começar a plantar*. Comunicado de Imprensa Marco 27, 2000.

GoM. 2001d. *Programa de Reconstrução pós-Cheia para a Região Central de Moçambique*. Maputo. Julho de 2001.

JHA, Atlas K. LOMOND, Robin Bloch Jossica: *Guia para a gestão integrada de Risco de inundação urbana para o séc. XXI*. Washington: Banco Mundial, 2011.

MATLAMBE, Leonilde Fernando. *Participação das Comunidades Vulneráveis na Gestão do Risco de Inundações no Baixo Limpopo – Moçambique*. Lisboa: Nova FCH, 2019.

Maule L. 1999. *Avaliação de Riscos de desastres Naturais em Moçambique: revista da Literatura Existente sobre Frequência e Impacto de tais Desastres*. MSF/AEDES. 1999.

MINISTÉRIO PARA A COORDENAÇÃO DA ACÇÃO AMBIENTAL. *Avaliação da vulnerabilidade as mudanças climáticas e estratégias de adaptação*. Maputo: DNGA, 2005.

Grupo. IV

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LABATOS, E. M; MARCONI, M, A. *Metodologia do trabalho científico*, 4. ed. São Paulo; Atlas, 1992.

MARTINS, S. R. O. *Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas*. Interações (Campo Grande), 2016.

Grupo. V

MOPH. *Plano de Reassentamento, Relatório final: Estudos Ambientais e Sociais do Sistema de Abastecimento de Água do Grande Maputo*. Maputo, 2013, pág.293

SAITO, Sílvia M. *Desastres naturais: conceitos básicos*. Brasília: INPE, 2015.

RAMOS, Catarina. (2013). *Perigos Naturais a causam Meteorológicas: o Caso e Inundações*. Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Universidade de Lisboa.

SAITO, Sílvia M. *Desastres naturais: conceitos básicos*. Brasília: INPE, 2015.

SOUZA, C.R. de G. 1998. *Alagamentos região de São Sebastião litoral norte do Estado*. Brasil. Anais Academia Brasileira Ciências, 70 (2): 353-366, 1998.

UN-ISDR – Vivendo com Riscos. Uma Revista Global das iniciativas de Redução de Desastres. Nações Unidas. Genebra, Suíça. 2002. Disponível em <https://www.unisdr.org/eng/isdr/bd-iwr-2004-eng.htm>

UNICEF Moçambique. 2002. *Relatório de Implementação das actividades de preparação, resposta de emergência*: 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2001. Maputo, junho de 2002.

Grupo. IV

PIRES, Rui Pena. *Uma Teoria dos Processos de Integração: Sociologia Problemas e Práticas*, S.l, n° 30, p. 9-54, 1999.

PIRES, Rui Pena. *O problema da integração*. Porto: SRFLU, vol. 24, 2012

RIBEIRO, Ester Tomás Natal. *Dinâmicas socioespaciais e autosegregação na cidade da Matola- Moçambique*. São Paulo: UNESP, 2021

Teresa maria da cruz e silva: <https://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/Mozambique.html>

Wlsa Moçambique: <https://www.wlsa.org.mz/formas-de-organizacao-familiar-e-violencia-domestica>

Fontes Orais

1. Carlota Alberto Macamo
2. Castigo Lazaro
3. João Siteo
4. Salma Augusto Mate
5. Stela Tsavatsava Mausse Bahuli
6. Zarabibe Sufo

11. Anexo



O modelo de casa (anexo 1)

Guião de Perguntas (anexo 2)

1. Perfil social

- ❖ Sexo
- ❖ Idade
- ❖ Estado civil
- ❖ Profissão
- ❖ Religião

2. Agregado Familiar

- ❖ Por quantos agregados a família é composta?

3. Espaço de Habitação

- ❖ Qual é o tipo de habitação que possuía na vossa antiga residência?
- ❖ Que dificuldades enfrentaram na vossa chegada no novo espaço?

5. Situação anterior as cheia

- ❖ Onde vivia? (Bairro/ casa própria/ vivia com a família)
- ❖ Distância em relação ao local de emprego, escola dos filhos, comércio informal

6. Situações pós-cheias

- ❖ Há quanto tempo vive no bairro? (quando chegou ao bairro foi recebido por quem, foi logo atribuído uma casa, como decorreu o processo de distribuição de casa);
- ❖ Todas as pessoas residentes no bairro de Khongolote são provenientes do mesmo bairro afectados pelas cheias (procurar saber se foram vizinhos, se são familiares, se são da mesma zona de origem?)
- ❖ Quais são as dificuldades que enfrentou quando chegou ao bairro (integração; conflitos com os antigos residentes do bairro)
- ❖ Continua a exercer as mesmas actividades que exercia anteriormente (se não, justifica porquê)
- ❖ Tem filhos a estudar (distancia de casa a escola, outros
- ❖ Que diferenças sente em relação a vida no bairro onde vivia anteriormente?)
- ❖ Existe infra-estruturas básicas e sociais (escolas, hospitais, abastecimento de água, esquadra da policia)?